

GEISEL E A TRAJETÓRIA NACIONALISTA

SÉRIE DE CINCO ARTIGOS

GEISEL E A TRAJETÓRIA NACIONALISTA: DE VARGAS A 1964

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Em julho de 1932, o então tenente Ernesto Geisel, integrante do Destacamento Daltro Filho, enfrentou as unidades comandadas pelo Coronel Euclides de Figueiredo, na contrarrevolução liberal centralizada em São Paulo. Quarenta e sete anos depois, o filho do Euclides de Figueiredo, João Batista, participaria do golpe na sucessão do Presidente Ernesto Geisel que faria mudar a condução nacionalista pela neoliberal na administração brasileira.

A respeito da participação de Geisel nas tropas legalistas em 1932, escreve Fernando Jorge (*As Diretrizes Governamentais do Presidente Ernesto Geisel*, Edição do Autor, SP, 1976): “Ernesto Geisel tinha o direito de acreditar nas boas intenções de Getúlio Vargas. O jovem soldado foi um revolucionário de primeira hora, era fiel cumpridor dos seus deveres, e portanto um defensor da legalidade”. Findo o movimento militar, Geisel retorna ao nordeste. Não mais ao Rio Grande do Norte, onde fora, em 1931, Secretário do Interior, Secretário-Geral do Governo e Chefe do Departamento de Segurança Pública. O tenente iria para Paraíba comandar a 7ª Bateria de Artilharia de Dorso, e em seguida a Sétima Bateria de Montanha, acumulando as funções militares com a de Secretário de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

Conforme depoimento de João dos Santos Coelho Filho à revista *Veja* (in Fernando Jorge, citado), Geisel mandou confeccionar ternos e nunca compareceu à Secretaria fardado. E o Secretário Geisel conseguiu estabilizar as finanças do Estado e receber créditos monetários da União, devidos desde 1908, pelo seu “esforço pessoal”, conforme assinalou o Ministro da Viação José Américo de Almeida. O já Marechal Juarez Távora salientou a visão administrativa de Geisel naquele cargo paraibano.

O movimento comunista encontra o capitão Ernesto Geisel, em 27 de novembro de 1935, ao lado do tenente-coronel Eduardo Gomes defendendo a Escola de Aviação do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. Vendo as ideias radicais e os seus aproveitadores, tanto à esquerda quanto à direita, sem dúvida pode concluir pelo necessário equilíbrio da conduta, como se verá repetir nos diversos cargos civis e militares que iria ocupar.

Entre os movimentos políticos, sob o véu das ideologias em conflito naqueles tempos, que antecedem e correm até o fim da II Grande Guerra, o capitão Ernesto Geisel se dedica aos cursos de formação de oficiais, onde sempre se destaca pelo aproveitamento. Após concluir a Escola de Estado-Maior do Exército, é promovido a major. E nesta patente frequenta os cursos de aperfeiçoamento nos Estados Unidos da América (EUA).

Em 1945, como Chefe do Estado-Maior do General Alcio Souto, participa da deposição de Vargas. E, com a ascensão de Eurico Dutra, o major Geisel tem sua primeira função junto à Presidência: Chefe da Secretaria Geral do Conselho

de Segurança Nacional. Em 1947 assume a função de Adido Militar junto à Embaixada do Brasil no Uruguai e, em 1948, é promovido a tenente-coronel. Retornando ao Brasil é designado adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e nesta condição torna-se um dos fundadores (1949) da Escola Superior de Guerra (ESG), diretamente vinculada ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Na passagem pela ESG, como membro do Corpo Permanente, debateu com o tenente-coronel Golbery do Couto e Silva e o coronel Rodrigo Octávio Ramos assuntos de interesse interno da Escola, mas, primordialmente, a Organização Administrativa e a Soberania Nacional. Um dos princípios defendidos pela ESG era a necessidade do planejamento e da estrutura administrativa capaz de o implementar, considerando os diversos aspectos da realidade brasileira.

Neste período é aprovada a criação da Petrobrás, que passa a operar, em 1954, com os 413 poços produtores e uma refinaria recebidos do Governo.

Em agosto de 1954, Café Filho assume a chefia do Governo com o suicídio de Vargas. O coronel Geisel já o conhecia pela sua passagem no Rio Grande do Norte e vai servir, por pouco tempo, como Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Em setembro de 1955, é colocado à disposição da Petrobrás onde será o Superintendente Geral da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão (SP), até janeiro de 1956, quando o abate a tragédia da morte acidental de seu único filho homem.

Retorna às funções militares e passa a servir, desde abril de 1957, na Chefia da Secção de Informações do Estado-Maior do Exército, que acumula com a de representante do Ministério no Conselho Nacional de Petróleo (CNP).

É significativo o seu parecer na disputa entre a Petrobrás e uma empresa privada pela construção da fábrica de borracha sintética, do qual transcrevemos parte:

“O desmedido lucro, assim proporcionado pela indústria, contraindica a atribuição do empreendimento ao capital privado, parecendo mais razoável utilizar esse lucro como recurso complementar no desenvolvimento futuro da indústria nacional de petróleo”. Coube à Petrobrás construir a FABOR (Fábrica de Borracha Sintética) por sete votos a um. O Presidente do CNP, general Mário Poppe de Figueiredo, convencido pela argumentação do relator Geisel, abandonou o costume do voto apenas para desempate e foi mais um dos sete vitoriosos.

Com a transferência da capital do Brasil, em 21 de abril de 1960, Geisel recebe o Comando Militar de Brasília e da 11ª Região Militar do Distrito Federal. Mas continua no CNP se inteirando da situação do petróleo e seus derivados no Brasil e realizando estudos na área da distribuição que desagradavam políticos, como o Senador João Lima Teixeira (1909/2000), do Partido Trabalhista Brasileiro da Bahia (PTB-BA).

As crises de 1961 levaram à Presidência da República o deputado paulista Paschoal Ranieri Mazzili, do Partido Social Democrático (PSD), que designou para chefia do Gabinete Militar, então sem titular, o general Ernesto Geisel.

No episódio, onde os colegas de farda se colocaram contra o retorno e posse do vice-presidente João Goulart (Jango), o general Geisel, fiel ao acordo celebrado entre as correntes políticas do Congresso e o Presidente em exercício, colocou seu cargo à disposição, caso não houvesse aprovação dos ministros militares ao parlamentarismo, como proposto na emenda constitucional.

A atitude firme e decidida de Geisel evitou um golpe militar e possibilitou que a decisão não fosse conduzida pelas idiosincrasias das corporações, mas que se

respeitasse a decisão do povo, por seus representantes, e pelo futuro plebiscito já previsto.

Deve-se registrar que a renúncia de Jânio Quadros frustrou um grande contingente da classe média, onde está a maioria absoluta dos oficiais das três armas, que havia levado Getúlio ao suicídio. Episódio que evitara a revisão das conquistas nacionalistas: econômicas, trabalhistas, sociais e culturais que mudaram o Brasil no que se chamou a Era Vargas.

A ação equilibrada, que resguardava os compromissos com os parlamentares, do general Geisel, ganhou o respeito, mesmo diante da discordância, da cúpula militar. Pode-se dizer que a diversificada experiência militar e civil nestes últimos trinta anos, havia formado um líder esclarecido, que sabia distinguir interesses nacionais daqueles corporativos e de classe social.

Desde janeiro de 1963, Jango estava com seus direitos de presidente recuperados pela insofismável maioria que lhe apoiara no plebiscito. Pesquisas de opinião, divulgadas muito depois de 1964, dão conta que a popularidade de João Goulart superava 50%, em todas as enquetes.

O que se viu, no entanto, foi um enorme despreparo político, administrativo e mesmo de conteúdo ideológico das frentes de esquerda naquele momento histórico. Imaginavam que estar na antessala era ter assumido o poder e com discursos, palavras de ordem, manifestações davam a entender uma capacitação que estavam muito longe de ter, além da mobilização das massas impossível de se realizar.

Geisel, como quase toda oficialidade da época, via, temeroso das consequências, aqueles rompantes. E disto se aproveitaram os segmentos mais conservadores, reacionários e entreguistas, com recursos de planejamento, comunicação de massa e financeiros dos EUA, para aplicarem o golpe de 1964. É preciso registrar que militares nacionalistas, como Albuquerque Lima, Andrade Serpa, Ademar de Queirós, Euler Bentes, Adalberto Pereira dos Santos, almirantes Faria Lima e Barros Nunes, o então capitão da aeronáutica Sérgio Ferolla entre outros, participaram de 1964, abertamente ou com reservas. A expectativa era a retomada mais tranquila do processo desenvolvimentista, herança da Era Vargas. E muito contou, além do histórico profissional, o temperamento de Ernesto Geisel para que fosse escolhido Chefe do Gabinete Militar de Castello Branco.

No Governo Castello Branco chegaria a general de exército, em 1966, e a ministro do Superior Tribunal Militar, em 1967.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

GEISEL E A TRAJETÓRIA NACIONALISTA: A PETROBRÁS

Não havia identidade entre Geisel e Costa e Silva, este fato o fez se ausentar do poder executivo no período em que aquele comandante do golpe de 1967, dentro do golpe de 1964, presidiu o Brasil.

Mas a oposição às diretrizes econômicas de Castello Branco, iniciada por Costa e Silva, poder-se-ia dizer com ressalvas que era uma continuidade do Estado Novo, e que trouxe novamente Geisel ao governo sob a presidência de Médici.

É conveniente lembrar que Costa e Silva, além de colocar a indústria nacional no poder, criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudesco).

Em 1969, nomeado por Médici, Geisel volta a compor o quadro dos executivos governamentais como o 13º Presidente da Petrobrás. Recorde-se que Geisel fora superintendente-geral da Refinaria em Cubatão e representante do Exército no Conselho Nacional de Petróleo (CNP), ou seja, não lhe eram estranhos o petróleo e a gestão das empresas de petróleo.

Sua administração da Petrobrás foi inovadora e profícua. Era reconhecido, com a tecnologia da época, que o Brasil não tinha, e continua não tendo, reservas significativas em terra (onshore). A produção terrestre nunca esteve acima de 230 mil barris por dia (bpd). A grande esperança era e continua sendo a produção marítima (offshore), que hoje se vislumbra acima de cinco milhões bpd. Geisel adota duas decisões fundamentais para o futuro da Petrobrás: investir na tecnologia de exploração e produção offshore e na autossuficiência de derivados com a reforma e construção de refinarias para o processamento e com a autonomia administrativa para distribuição de derivados.

Em relação à primeira, investe no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello (CENPES), criado em 1966, e, com acordos de cooperação com instituições acadêmicas (universidades brasileiras) e empresas de pesquisa nacionais e estrangeiras, transforma a Petrobrás num polo de excelência mundial em tecnologia de petróleo. Esta capacitação é reconhecida em todo universo petrolífero, sendo, ainda hoje, a única capaz de produzir dos sedimentos do pré-sal.

Quanto à segunda decisão, promove a reforma e construção de refinarias capacitando o País à autossuficiência na produção de derivados. Em 1971, desmembra da organização departamentalizada da Petrobrás a Superintendência-Adjunta de Distribuição do Departamento Comercial, criando a Petrobrás Distribuidora, que se torna subsidiária integral e vai ser a segunda maior empresa nacional, sendo a primeira a Petrobrás.

Como Presidente da Petrobrás e depois como Presidente do Brasil, sofre com a mudança que os Estados Unidos da América (EUA) impõem na geopolítica do petróleo e nas finanças internacionais.

Com a produção na ordem de 200 mil diários para um consumo superior ao milhão de barris diários, Geisel, presidente do Brasil, resolve abrir a exploração de petróleo em nossas bacias sedimentares às empresas estrangeiras, privadas ou estatais. A respeito destes “contratos de risco”, formalmente denominados “Contratos de Exploração” alguns esclarecimentos são necessários.

O primeiro contrato foi assinado em 1977 com a British Petroleum (BP). Geisel conhecia a capacitação técnica dos geólogos e geofísicos da Petrobrás. Diversas vezes observara suas participações em Congressos internacionais e na numerosa quantidade de artigos destes profissionais nas mais importantes publicações técnicas sobre petróleo.

De algum modo, tenha ou não sido também objetivo, os “Contratos de Risco” nada de significativo obtiveram, mas demonstraram a alta qualidade dos profissionais da Petrobrás que continuavam a descobrir e produzir petróleo no Brasil e no exterior, onde, desde 1972 quando Geisel cria a Petrobrás Internacional – Braspetro, atuavam na exploração e produção em vários países. Também a sempre presente pressão contra o monopólio estatal do petróleo ficava atenuada. Mas, inteligentemente, não tirou da Petrobrás o controle do petróleo brasileiro, criando em sua estrutura organizacional a Superintendência de Contratos de Exploração (SUPEX). Ficava a Petrobrás com dois órgãos encarregados da pesquisa exploratória: a SUPEX, para gerenciar as outras

empresas, e o Departamento de Exploração e Produção (DEXPRO), para atuação própria.

Assim, também estaria acelerando a exploração de petróleo no Brasil, não fossem os pequenos investimentos feitos por estas empresas estrangeiras. Como ocorre hoje, elas só vêm para nosso País pelo lucro fácil, nunca para investir em atividades de risco.

A estrutura de organização da Petrobrás foi elaborada, em 1953, por Hélio Beltrão, profissional que comporia sua primeira diretoria e ocuparia Ministérios durante os governos militares. Este trabalho perdurou até os anos 1990, quando a diretoria, nomeada por Fernando Henrique Cardoso, a alterou profundamente, criando “unidades de negócios” no lugar dos departamentos - voltados para as atividades de petróleo -, e dos serviços - para as atividades de apoio logístico e administrativo - no modelo de Beltrão.

A única mudança neste período, que foi muito discutida, antes e no período de Geisel, foi a criação de subsidiárias, no lugar da expansão dos departamentos. Isto se dá quando da criação da primeira subsidiária, em 1967, a Petrobrás Química – Petroquisa, e volta em 1971 e 1972, com a Petrobrás Distribuidora e a Petrobrás Internacional, respectivamente.

Geisel foi na Petrobrás um exemplo de gestor que tinha um plano orientador e a firmeza decisória. Quando se deliberava a respeito da criação de órgão temporário para agilizar a construção da refinaria em Paulínia (SP), o Serviço de Engenharia se opôs, assistido pelo órgão de organização e processamento de dados da Companhia. Geisel reuniu os órgãos envolvidos e apresentou sua solução, a criação de um Grupo Executivo de Obras, com término na entrega para a operação da refinaria. Era uma quinta-feira. Disse que aceitaria sugestões até a segunda-feira. Nova reunião na segunda-feira e Geisel pergunta pela proposta dos superintendentes. Nenhuma? exclamou. Então vou propor minha sugestão ao Conselho de Administração. Criou o GEOP – Grupo Executivo para Obra Prioritária e a refinaria foi construída nos previstos 1.000 dias.

Em junho de 1973, Geisel transfere ao Almirante Floriano Peixoto Faria Lima a presidência da Petrobrás. Iria substituir o General Médici na Presidência do Brasil.

Não era uma simples transferência de cargos. Era um desafio em um período conturbado no mundo, com sucessivos choques no preço e no fornecimento do petróleo, e de um presidente que realizara o “milagre brasileiro”, com base no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

Considero importante recordar realizações do Governo Médici, pois Geisel, certamente, não aceitaria ser menos empreendedor. As narrativas destes Governos quase sempre se restringem às questões policiais e de enfrentamento de cunho político e ideológico. Mas o Brasil continuou crescendo a elevadas taxas, que podemos, como escreveu Jean Fourastié para França, chamar o período de Vargas a Geisel dos “50 gloriosos” brasileiros.

Sem pretender esgotar as realizações de Médici, lembremos a extensão da soberania para 200 milhas marítimas, a criação da EMBRAER, da TELEBRÁS, da EMBRAPA, da INFRAERO, o programa de substituição das importações coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com Marcos Vianna, o Plano Nacional de Integração, de onde sairá a Transamazônica. Além de projetos sociais como a inclusão dos trabalhadores rurais no plano de aposentadoria e pensão nacional.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

GEISEL E A TRAJETÓRIA NACIONALISTA: NA PRESIDÊNCIA – A SOBERANIA

Em 15 de março de 1974, Geisel recebe das mãos de Emílio Médici a simbólica faixa presidencial. Porém havia algo mais do que a origem gaúcha que ligaria Geisel à Era Vargas. Ambos, Vargas e Geisel, assumem a presidência do Brasil em um momento que o mundo passava por significativa troca de poder e aproveitaram para avançar na construção da soberania e da cidadania nacional. Podemos, simbolicamente, determinar 1930 como o instante em que o capitalismo industrial dos Estados Unidos da América (EUA) substituiu o capitalismo mercantil-financeiro europeu. E, no Brasil, 1980 irá marcar o fim dos “50 gloriosos” nacionais pela chegada do domínio do capital financeiro em nossos governos.

Algumas medidas que identificam estes dirigentes são a criação de ministério logo no início das gestões, que mostraria a preocupação do governante – Trabalho, Comércio e Indústria e, ainda, Instrução e Saúde Pública, com Vargas, e Previdência e Assistência Social, com Geisel –, além da inclusão de opositores na chefia dos Ministérios – Assis Brasil e Juarez Távora, com Getúlio, e os liberais Mário Henrique Simonsen, Sylvio Coelho da Frota, e o Chefe do Gabinete Civil (Golbery do Couto e Silva), com Geisel. Atribui-se ao maior estadista brasileiro, Getúlio Dorneles Vargas, a frase na qual afirmava preferir seus inimigos por perto do que tramando pelas costas.

Estas características, além da pouca expansividade, mostram, igualmente, um elo entre as personalidades de Vargas e Geisel.

Geisel governou com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) exposto na Lei nº 6.151, de 04/12/1974, que previa o estabelecimento de uma “sociedade industrial moderna”. Para tanto era fundamental, além de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e industrial, adotar uma política social e cultural que fizesse o conjunto da sociedade acompanhar este progresso.

À época já se definiam as tecnologias do futuro, cujos domínios seriam indispensáveis para a independência e autonomia decisória de uma nação: a nuclear, a informática, a das energias e a aeroespacial.

Lê-se no II PND que o Programa Nuclear “objetiva preparar o Brasil para o estágio dos anos 80, em que a energia nuclear já deverá corresponder à parcela significativa da energia elétrica gerada no país (cerca de 10 milhões de kw até 1990)”. Além da aplicação da ciência nuclear na agricultura, na medicina e na indústria.

Após difíceis negociações, onde não foi pouco o antagonismo estadunidense, a firmeza de Geisel, que se negou a firmar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, possibilitou ao Chanceler Azeredo da Silveira firmar com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Alemã, em 27/06/1975 em Bonn, o Acordo de Cooperação Nuclear com investimentos de 10 bilhões de dólares, abrangendo quatro setores:

- I – prospecção, extração e processamento de minérios de urânio, bem como a produção dos compostos deste elemento;
- II – produção de reatores nucleares e de outras instalações, assim como dos seus componentes;
- III – montagem, no Brasil, de uma usina de enriquecimento do urânio; e

IV – produção de elementos combustíveis e reprocessamento dos combustíveis irradiados.

Outra tecnologia do futuro, hoje absolutamente indispensável, é a da informática. No Brasil ela é um exemplo que a questão nacional foi permanentemente escamoteada da discussão política. A pedagogia colonial, irmã gêmea do liberalismo, sempre buscou destruir os projetos de um Brasil independente, soberano e cidadão. Lamentavelmente com êxito.

Em 1958 foi criado o Grupo de Trabalho para analisar “a utilização de computadores eletrônicos nos cálculos orçamentários e no controle da distribuição das verbas governamentais”, de onde surgiu, em 1959, o Grupo Executivo para Aplicação de Computadores Eletrônicos (GEACE). (Vera Dantas, *Guerrilha Tecnológica: a verdadeira história da política nacional de informática*, LTC, RJ, 1988).

Tem início uma fase da informática no Brasil, com a importação de hardware e software, para atender ao desenvolvimento no modelo de Juscelino Kubitschek (JK), que se delonga pelos anos 1960. Em dezembro de 1964 foi criado o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), empresa pública para modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da administração pública.

Em 1965 é constituída a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (SUCESU). Paralelamente, nas universidades se formam engenheiros com interesse na eletrônica e transmissão de dados, o que levará à constituição de uma “comunidade democrática em meio ao autoritarismo” (Ivan da Costa Marques, *Minicomputadores brasileiros nos anos 1970: uma reserva de mercado democrática em meio ao autoritarismo*, História, Ciência, Saúde, Manguinhos, RJ, vol. 10 (2), maio-agosto 2003).

Do referido artigo de Ivan Marques, transcrevo: “no começo da década de 1980, o Brasil foi um dos poucos países em que empresas sob controle local conseguiram suprir uma parte significativa do mercado interno de minicomputadores com marcas e tecnologias próprias. Equipes de engenheiros e técnicos brasileiros haviam absorvido a tecnologia de produtos originalmente licenciados e efetivamente conceberam e projetaram sistemas completos (hardware e software) de minicomputadores e diversos outros artefatos de computação, colocados no mercado por empresas brasileiras com sucesso econômico e técnico”.

Logo no início de seu governo, em 18/07/1974, Geisel cria a Computadores Brasileiros – Cobra. A fundação dessa empresa foi apoiada pela Marinha Brasileira, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e pela Ferranti inglesa. A equipe da COBRA foi formada, inicialmente, por membros do projeto Pato Feio, da Universidade de São Paulo (USP), e profissionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio e Janeiro (PUC-RJ) e do SERPRO.

Uma das ideias esposadas por Geisel era a constituição de empresas tripartites: uma parte do Governo, uma da iniciativa privada nacional e a terceira de empresa estrangeira, detentora da tecnologia que seria absorvida pela nova empresa brasileira. Este modelo deu impulso formidável no desenvolvimento da petroquímica brasileira, mas não teve igual sucesso em outras áreas.

Esta segunda tecnologia de ponta do projeto de soberania de Geisel começa a morrer já com a gestão Figueiredo e desaparece com a redemocratização. Hoje o Brasil é inteiramente dependente da informática importada.

A terceira tecnologia é a da energia. Para esta, Geisel contou com o saber e o arrojo do cientista baiano José Walter Bautista Vidal. Embora seja bem maior do

que o Proálcool, foi com a utilização do etanol hidratado nos veículos que surgiu o interesse e a divulgação dos estudos relativos ao uso da biomassa como base de uma nova geração de energia.

O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi criado em 14 de novembro de 1975, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando às necessidades do mercado interno e nova política para combustíveis automotivos.

Mas Geisel não descuidou do petróleo, mantendo os investimentos da Petrobrás e autorizando, em 1976, a criação da sua subsidiária Petrofértil, nem da hidroeletricidade, construindo grande parte da Usina Hidrelétrica de Itaipu. .

Também foram mantidos e incentivados as pesquisas e o desenvolvimento industrial relativos às tecnologias aeroespaciais. A Embraer continuou fabricando aviões brasileiros dos tipos Bandeirante, Brasília, Ipanema, Xavante e Xingu, atingindo em 1980 renome internacional com aviões executivos, comerciais, agrícolas e os militares Tucano e Xavante.

Quanto a ações na política exterior que devem ser colocadas como exemplo de uma gestão nacionalista e autônoma, destacamos:

- a) o reatamento de relações diplomáticas com a República Popular da China;
- b) fazer com que o Brasil fosse o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de República Popular de Angola;
- c) promover a ampliação da presença brasileira na África e na Europa, evitando o alinhamento incondicional à política dos Estados Unidos da América (EUA); e
- d) ter denunciado, em 1977, o tratado militar Brasil-EUA.

No plano interno, para promover melhor gestão territorial, em 1975, realizou a fusão do Estado-Cidade da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro e dividiu, em 1977, o Estado de Mato Grosso, criando o do Mato Grosso do Sul.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

GEISEL E A TRAJETÓRIA NACIONALISTA: NA PRESIDÊNCIA – A CIDADANIA

O liberalismo e sua versão contemporânea, o neoliberalismo, são enganadores quanto aos propósitos. Colocam a liberdade como valor supremo, porém nenhuma ideologia promoveu mais fortemente a escravidão do que a liberal. Nem precisamos demonstrar; pois nas páginas da história, principalmente da Inglaterra, abundam exemplos cruéis de desrespeito ao mínimo de humanidade que devemos a todos nossos semelhantes.

Ao elencar as ações que qualifico como construtoras da cidadania, seguirei o roteiro de Levy Cury, em “Um homem chamado Geisel” (Horizonte Editora, Brasília, 1978). Considero importante salientar que o deputado Ulysses Guimarães, ao levantar a Constituição aprovada pelo Congresso em 1988, denominando-a cidadã mostrou limitada compreensão sobre a construção da cidadania, restringindo-a, unicamente, aos aspectos do formalismo jurídico, com um Ministério Público autônomo.

Nenhum País pode garantir a cidadania, considerada como a igualdade participativa para todos seus habitantes, sem que este País tenha soberania, independência e plena autonomia decisória. O que exige cada vez mais o controle nacional sobre a produção e o desenvolvimento do consumo interno, nesta época de bloqueios econômicos e financeiros, além da ameaça de intervenção militar pelas potências coloniais.

Divido a construção da cidadania em três conjuntos de ações: aquelas voltadas para a existência do cidadão, como a saúde, a habitação, o emprego e o deslocamento urbano, as voltadas para consciência de si e dos outros, como os letramentos, a valorização da cultura e tradições nacionais, e a vocalização, que trata da efetiva possibilidade de todo cidadão manifestar seu pensamento, seus desejos e aflições.

Examinemos de início as ações do Presidente Geisel no que se relaciona à existência. Em 1º de maio de 1974, criou o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), desmembrado do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Em junho de 1975, a lei nº 6.229, criava o Sistema Nacional de Saúde. Esse sistema continha uma iniciativa que se consolidaria, quer no Ministério da Saúde (MS) quer no MPAS, a separação dos campos de atuação da saúde pública e da assistência médica previdenciária. Segundo o texto da lei, caberia ao MS as ações de coordenação da vigilância epidemiológica em todo o território nacional, fiscalização e controle sanitários e outras medidas e ações de corte coletivo. No MPAS recairiam as responsabilidades de coordenação dos serviços assistenciais, entre outras ações voltadas preferencialmente para saúde individual.

A legislação previdenciária sofreu modificações, estendendo e ampliando os benefícios dos segurados. O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) incluiu entre seus encargos o salário-maternidade, até então de responsabilidade das empresas, pretendendo com isso evitar a discriminação da mulher no mercado de trabalho. Os maiores de 70 anos e os inválidos foram amparados, e os trabalhadores rurais receberam o direito ao auxílio por acidente de trabalho. Em 24 de janeiro de 1976, pelo Decreto nº 77.077, toda a legislação previdenciária foi reunida na Consolidação das Leis da Previdência Social.

As diversas alterações, quer na teoria orçamentária, quer na classificação e na estrutura organizacional para os encargos abrangidos pelos serviços assistenciais, dificultam a comparação do avanço no Governo Geisel com as ações após a Constituição de 1988. Mas os recursos orçamentários para a saúde, para o MPAS e para o Conselho de Desenvolvimento Social, de acordo com o já citado Levy Cury, elevaram-se em 70%.

É bastante razoável este crescimento se observarmos o Primeiro Programa de Alimentação e Nutrição e a preparação de profissionais para sua execução, em diversas unidades da federação. Também o Saneamento Básico em áreas rurais, em especial nas 193 localidades no Estado de Alagoas, e a proteção e a recuperação integral da saúde materno-infantil.

O combate à doença de chagas se estendeu por 427 municípios em 15 estados, foi criado um serviço especial para controle do *aedes aegypti*, e milhares de prédios foram examinados, em especial no nordeste brasileiro.

Concluindo esta área de ação, importa mencionar a transferência para o Ministério da Saúde do Conselho de Prevenção Antitóxico.

Após o desmembramento do Ministério do Trabalho e Assistência Social, o novo Ministério do Trabalho passou a contar com três Secretarias: Relações do Trabalho, Emprego e Salário e Mão-de-Obra. Em discurso em 1975, Geisel afirmava que o "II PND prevê o crescimento anual do emprego, no período 1975-1979, a taxas acima de 3,5% ao ano, portanto superiores às da oferta de mão-de-obra, estimadas em 2,9% ao ano". Poucas vezes em nossa história, o pleno emprego foi colocado no planejamento nacional.

Quanto à consciência, lembremos que já o I PND estabelecia a meta de 80% da escolaridade da faixa etária da obrigatoriedade escolar.

Criada em 1975, a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) tinha a missão de promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país. Mas foi também uma pesquisadora do folclore brasileiro e de registro das manifestações culturais em diversos pontos do País.

Em 5 de agosto de 1977, Nana Caymmi e Ivan Lins apresentaram no palco do Teatro Dulcina, no Rio de Janeiro, o primeiro show de uma iniciativa que iria marcar o Brasil e tornar-se exemplo de política cultural: o Projeto Pixinguinha. A FUNARTE também editou o Acervo Funarte, textos e documentos sonoros sobre o folclore em seis cds com estudos e gravações musicais, assinados por reconhecidos mestres como Aloysio de Alencar Pinto, Deffilio Gurgel, Luiz Antônio Barreto, Maria de Lourdes Borges Ribeiro. Em outra série deixou registrada a produção de artistas como Radamés Gnattali, Garoto, Flausino Vale, Candeia, Jacaré e muitos mais, com os próprios ou interpretes do porte da Velha Guarda da Portela, Marlene, Jards Macalé, Jerzy Milewski, Tom Jobim, Chiquinho do Acordeão, Bebel Gilberto e outros.

Podemos apontar no campo da educação o II Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC). As principais diretrizes do II PSEC, ainda se relacionavam aos ideais de um Brasil potência, que precisava crescer e, para tanto, necessitava de grande contingente de mão-de-obra qualificada para atender a essa demanda. No entanto o Governo Geisel aceitava os questionamentos, e os podemos observar em encontros como o seminário denominado “História e Ciências Sociais”, realizado na Unicamp, em maio de 1975; na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em 1977; e, em 1978, no I Seminário Brasileiro de Educação, realizado na cidade de Campinas.

Crítico acerbo do Governo Geisel, Gerson C. Duarte, da Universidade Vila Velha (ES), em “A reprodução do discurso político na educação e suas representações no campo social no período da distensão” (http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364153852_ARQUIVO_A_RTIGOPARACONGRESSODENATALGERSONREESTRUTURADO24-03.pdf)

escreve na conclusão deste trabalho: “duas contribuições no campo da educação superior ficaram (do governo Geisel), uma para a sua organização, visto que esse segmento da educação vinha crescendo de forma desorganizada nos últimos anos dos governos anteriores em função de uma necessidade que se fazia presente. A outra, e um pouco mais relevante, estava na formação de mão-de-obra especializada para atender à demanda de um mercado que crescia nos últimos anos anteriores ao seu governo e que continuaria a crescer impulsionado pela ideia de um “Brasil Potência”. Era preciso preparar o sistema educacional, com especial destaque para o ensino de segundo grau e o ensino superior, para a formação de recursos humanos especializados em nível técnico e superior para atender o sistema produtivo, adequando o planejamento educacional às expectativas e necessidades do mercado”.

Nesta relação de fatos e opiniões sobre Ernesto Geisel, transcrevo sua frase sobre a questão indígena, respondendo a Maria Celina D’Araujo e Celso Castro (Ernesto Geisel, FGV, RJ, 1997), que está inserida na questão da cidadania: “devemos considerar esse problema (o tratamento dos índios) como exclusivamente nosso, dos brasileiros, e não admitir interferências externas”.

Não foi intencional a elaboração desta tetralogia Geisel, mas ficou irresistível não associá-la, ao final, à wagneriana. Temos um anel de ouro (petróleo) que carrega o poder e a maldição. Temos também um “trabalho artístico do futuro” – como Richard Wagner previa a arte: fusão da poesia e música com o visual – para a construção da Nação Independente. A soberania assentada na tecnologia dominada pelo País industrializado, com a autossuficiência na produção dos bens naturais e fabricados e, na cultura popular, a alma do povo, a base da cidadania.

Faltou, como a Vargas, a ideia ou a possibilidade de alterar as estruturas de organização do Estado para receber uma Nação Soberana. Foram ainda os princípios de uma estrutura organizacional herdada da colônia que acolheram toda esta contemporaneidade. Também a mobilização popular, indispensável para fixar as conquistas, não foi permitida pelo autoritarismo dos governos.

Presidente da Petrobrás e do Brasil, Ernesto Geisel cometeu erros, que só não os cometem os ausentes e omissos. Ele identificou problemas e dentro de sua orientação conservadora e nacionalista buscou resolvê-los. Algumas soluções ficaram, mas, em grande parte, começaram a ser destruídas já no governo seguinte, o que me leva a concluir que sua sucessão foi o primeiro golpe aplicado pelas finanças internacionais (a banca) no Brasil.

Hoje temos mais de 30 anos da banca nos governos brasileiros, com diversos níveis de apropriação do poder. E assistimos os desastrosos retrocessos econômico, social, cultural e humanitário no Brasil. Talvez os maiores males tenham sido cometidos por FHC, que disputa com Bolsonaro este triste troféu da demolição de nossa Pátria. Geisel pode fornecer, como Getúlio Vargas e, anteriormente, José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca, e o Marechal de Ferro, Floriano Peixoto, elementos para formulação do Brasil Independente para o século XXI.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

GEISEL E A TRAJETÓRIA NACIONALISTA: EPÍLOGO

Não sei de outras terras, vou somente falar daquela onde nasci. Parece que de todas as influências formadoras, dos indígenas que nominaram boa parte do país e que nos legaram o amor à natureza, dos africanos que chegaram pela violência e nos legaram sua rica cultura das mais antigas da humanidade, ficou mais forte para o brasileiro um incrível sebastianismo, legado dos portugueses. Estamos sempre aguardando um salvador.

Não nos imaginamos capazes de solucionar nossos problemas, de acreditar na união nacional, precisamos ser, nós os brasileiros, um povo que deve estar sempre demonstrando para si mesmo a capacidade que, desconfortavelmente, o mundo até nos reconhece, nas artes e nas ciências. Somos a nação que desenvolveu uma tecnologia aeroespacial, premiada pela exploração e produção de petróleo no mar, das pouquíssimas que atingiu o estado da arte na informática, e, em elevadíssimo grau, o saber da produção agrícola. Mas não soubemos levantar um dedo para defender nosso desenvolvimento, nossa terra, nossa riqueza natural da gula dos flibusteiros.

Nesta trajetória de Ernesto Geisel procurei destacar os aspectos nacionalistas do militar e do político. Poderia, no lado oposto das ideologias, escrever quase o mesmo sobre Leonel Brizola, político corajoso, honesto e nacionalista à esquerda. Na demonstração que nacionalismo existe à direita e à esquerda do

espectro político, só não existe entre os neoliberais, pois estes são irremediavelmente entreguistas.

“Durante trezentos anos”, nos ensina Arthur César Ferreira Reis (“As Escolas de Direito na Formação da Cultura Brasileira”, in Revista Brasileira de Cultura, Ano II, número 3, jan/mar 1970), “os que aqui nasceram ou os que aqui vieram para partilhar conosco das venturas e desventuras do dia a dia, estiveram submetidos à regulamentação legal do direito português. Esse direito tomara corpo na codificação Afonsina, Manuelina e, por fim, Filipina”. Teria a legislação estrangeira, que avançou em nossa república, nos influenciado a tal ponto que ainda hoje, no século XXI, por 500 anos nos faça sebastianista, nos impeça compreender a ação popular, a ação nacionalista?

Embora seja a cultura nacional o elemento mais importante, não é possível deixar de examinar a economia. Principalmente no país que a elegeu como o mais relevante aspecto da administração pública.

E para esta análise, a figura do ministro Severo Fagundes Gomes (10/08/1924 — 12/10/1992) é muito importante. Foi Ministro da Agricultura, no governo entreguista de Castelo Branco, e da Indústria e Comércio com Geisel, rompendo com este Presidente e deixando o Ministério, após quase três anos, em 8 de fevereiro de 1977.

Severo Gomes, rico empresário brasileiro, assinou, com outros sete associados da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB): Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim), Cláudio Bardella, Jorge Gerdau, José Mindlin (Metal Leve), Laerte Setubal Filho (Itausa), Paulo Vellinho (Springer-Admiral) e Paulo Villares, o “Manifesto dos Oito” (julho de 1978), publicado no jornal “Gazeta Mercantil”.

O jornalista Roberto Amaral Vieira, no artigo “A crise e a crítica ao modelo” (17/11/1975) (in “Crônica dos Anos Geisel”, Forense, RJ, 1987), enumera as críticas de Severo Gomes no parágrafo que, a seguir, transcrevo:

“A existência de distúrbios estruturais é admitida claramente pelo ministro quando arrola as características presentes da economia brasileira: a) concentração da renda nacional; b) existência de desigualdades sociais e regionais; c) dependência da economia externa; d) enfraquecimento do empresariado privado nacional; e) desordenada concentração dos grandes centros urbanos; f) atraso em setores fundamentais de bens de capital e insumos básicos e g) atraso tecnológico do parque industrial”.

Somando o aspecto institucional, da análise de Arthur Reis, ao pragmático do empresário Severo Gomes, só nos falta incluir, do conjunto que o poder utiliza para justificar seus desatinos, a educação. E a tomaremos da excelente análise do jornalista e editor René Capriles, em “Makarenko O nascimento da pedagogia socialista” (Editora Scipione, SP, 1989).

“Até seu fim, o império russo dos tzares teve nas escolas paroquiais seu principal meio de ensino e doutrinação”. E que dizer de nossa Pátria, onde Tomé de Souza, que estruturou o estado colonial brasileiro, entregou o ensino e a comunicação à ordem católica de Manoel da Nóbrega, a Companhia de Jesus.

Prossigo com Capriles: “A grande maioria das crianças que tinham a sorte de frequentar essas escolas recebiam uma instrução não científica”. “Grupos progressistas, anteriores à Revolução de Outubro, lutaram durante muitas décadas pela criação de escolas públicas de ensino leigo”.

Creio que fechamos a crítica que se pode fazer, não só ao Presidente Geisel, mas a todos os dirigentes nacionais, a exceção de Getúlio Vargas. Este estadista

bem que tentou aplicar o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, de 1932, com 26 assinaturas dos mais notáveis educadores do Brasil à época: Anísio Teixeira, Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo, Hermes Lima, Lourenço Filho, Roquete Pinto entre eles.

Porém, como atenta René Capriles, a educação é parte basilar da doutrinação do poder. E não o faz para possibilitar qualquer transformação. Culpa do Geisel ou de uma sociedade acomodada?

Óbvio que a concentração de renda, que com Paulo Guedes atinge os maiores níveis de nossa história, que as desigualdades sociais e regionais impedem a construção do Brasil Soberano e Cidadão. Mas quem luta efetivamente para reverter esta situação? Aqueles que aplaudiram a entrega de nossos minérios, com a “venda da Vale do Rio Doce”? Os que apoiam a venda do petróleo brasileiro com o esfacelamento e alienação da Petrobrás? Os que estão entregando a água e a energia hidrelétrica para os estrangeiros? Os que deixaram no exterior o controle estratégico para nossa independência que é a telecomunicação?

E sem nenhum argumento convincente pois todas estas nossas empresas eram lucrativas e faziam do Brasil um país mais rico. Mera ideologia alienante. E ainda condenam uma inexistente esquerda revolucionária!

Então, fazendo eco com vendilhões da Pátria, clamam por uma utopia brasileira: a democracia. Como pode haver democracia na fome, na doença, na miséria, sem construir a cidadania brasileira. É um simples ritual macabro, obrigatório, de sacramentar aqueles que o poder já escolheu, uns para serem governo outros para oposição.

Foi diferente quando artilosa e criminosamente impediram a eleição de Leonel Brizola em 1984 (Emenda Dante de Oliveira) e em 1989 (fraude na apuração dos votos em Minas Gerais)?

O Governo Geisel promoveu o desenvolvimento industrial, tecnológico e social do Brasil, dentro de sua visão conservadora e elitista. Avançou muito mais do que qualquer outro nos estratégicos campos da energia – nuclear, biomassa e petróleo no mar – da tecnologia da informação e na soberana condução da política externa no auge da guerra fria.

E criou a Funarte que levou a música popular brasileira a todos os rincões e publicou a mais importante coleção sobre o “folclore brasileiro”, organizado conforme as unidades da federação.

Não farei comparações, pois os tempos e as pressões foram diferentes, mas apenas Getúlio fez mais pelo Brasil, considerando os óbices a vencer. Certamente não fosse a traição das oposições, fantasiadas de esquerdistas, Leonel Brizola estaria neste panteão dos presidentes nacionalistas.

E pergunto a meus caros leitores: existe um país que seja colônia? Pode ser incluído no rol das Nações Unidas? Que aliene seu poder decisório sobre as questões nacionais? Apenas como farsa. E é o que temos no Brasil, hoje, desde 1990, como ocorreu na República Velha, no Império e antes de 1822.

A maior prova que posso apresentar é o silêncio que recai sobre Geisel. Muitos livros compulsei para escrever esta série. Quase todos só tratam da repressão e da abertura política. Parece, e sei errôneo, que esta questão fora prioritária, porém não ocupou mais do que outras, como a energia nuclear, o rompimento do acordo militar com os Estados Unidos da América (EUA), e a Petrobrás, a mente e o tempo do Presidente Geisel.

Ao fim do mandato, embora jamais reconhecesse, foi vítima da banca, que tomara os governos dos EUA e do Reino Unido nos anos 1980. Também o Brasil, com Figueiredo foi mais um dos que caíram sob o domínio do sistema financeiro internacional. E dele ainda não saímos.

Como derradeiro argumento, Geisel foi estatizante. Volto a Amaral Vieira nas críticas “Crônicas dos Anos Geisel”. “O estatismo, mesmo em um país que optou pela economia de mercado, se justifica como instrumento de desenvolvimento e bem-estar social, tanto mais imperioso quanto mais este país seja carente de capital autóctone, capital privado nacional, para financiar e auto sustentar esse desenvolvimento; o estatismo se impõe nos países subdesenvolvidos, como instrumento estratégico da economia nacional, promoção do interesse social que o privatismo não pode perseguir. Impõe-se também como fonte de modernização e investimento em setores não rentáveis e estratégicos, tanto do ponto de vista da segurança do Estado quanto como fonte de pesquisa e produção de tecnologia, que as multinacionais se recusam a transferir” (“Desestatização: biombo da desnacionalização?”, 16/06/1976).

E nos EUA, a energia hidrelétrica é estatal, operada pelas forças armadas.
Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Publicados no jornal MONITOR MERCANTIL

BONUS

DELENDAM ESSE GOVERNO GEISEL

O Governo Geisel paira sobre os neoliberais, os entreguistas de sempre da nossa história, os que se apropriam dos símbolos nacionais para melhor destruí-los, destes asseclas e agentes do capital financeiro internacional, da mercantilização, melhor diria financeirização da vida, como um indesejável momento, um tempo que não pode ser conhecido a não ser pelas fraudes e parcialidades em que são mestres estes golpistas. Um risco para estes que são os destruidores dos objetivos do povo e do Brasil independente.

“Ceterum autem censeo Carthaginem delendam esse”, o Presidente Ernesto Geisel é a Cartago que não pode existir, ele “ainda precisa ser destruído”, como na célebre frase de Catão, o velho (234-149 a.C).

Mas, a cada dia, mais vão surgindo os aspectos relevantes do Brasil, construídos no período Geisel, 1974-1979.

O jornal Folha de S.Paulo, na sexta-feira, 04/09/2020, na página B7, apresenta matéria assinada por Lucas Brêda com título “Fábrica de clássicos”, onde fica patente não só o crescimento econômico e o início de um processo de distribuição de renda, como o desenvolvimento da rica e diversificada produção cultural brasileira. Lembremos que Geisel foi o criador da FUNARTE.

Eis um parágrafo da matéria referida: “até o fim dos anos 1960, é possível dizer que quem consumia discos no país era a elite que vivia no Rio de Janeiro e em São Paulo. Dados da Pró-Música, a antiga Associação Brasileira dos Produtores de Discos, disponíveis a partir de 1966, mostram 5,5 milhões de discos vendidos naquele ano e 52,6 milhões em 1979 – um salto de quase dez vezes”. Em outro trecho: “É nos 1970 que esse mercado decola, as gravadoras se multiplicam e o público consumidor se diversifica de maneira inédita”.

E quem são estes artistas, novamente Lucas Brêda, “de Novos Baianos a Tim Maia, de Secos & Molhados a Martinho da Vila, de Clube da Esquina a Gal Costa, de Raul Seixas a Luiz Melodia, de Jorge Bem Jor a Beth Carvalho”. E o próprio samba passa por transformações, desde a redescoberta de Cartola às novidades de Caetano Veloso.

A animalidade dos empresários, em que Dilma Roussette apostou, era mais contida como expõe a matéria da Folha: “André Midani, importante produtor de discos, usava o lucro de artistas populares, como Odair José, para bancar álbuns pouco vendidos de Caetano”.

Havia uma esperança, uma crença no futuro do país, que em plena “guerra fria”, bipolar, rompia acordo militar com os Estados Unidos da América (EUA), reconhecia a China Comunista, negociava a energia nuclear com a Alemanha. Hoje, no mundo menos polarizado, que acolhe o Irã e a Turquia, importantes representantes do diversificado islamismo, ao lado da China comunista, da Índia nacionalista de direita, do nacionalismo russo, além dos EUA e sua OTAN, o Brasil se humilha em posição sem igual, jamais vista, de sabujo estadunidense. Em nossa história, só um período mais duradouro e profundo pode ser comparado: a Era Vargas. Período mais complexo, com guerra mundial, o despertar das consciências nacionalistas, que Getúlio Vargas, nosso maior estadista, soube administrar e imprimir um novo sentido ao desenvolvimento nacional, não restrito ao econômico, mas com igual atenção ao social, artístico, cultural.

E as mesmas forças que destituíram Vargas e Geisel, aplicaram o golpe de 2016, levam hoje o Brasil para o fundo do poço, para a própria inexistência de nação autônoma, soberana.

A pergunta que não quer calar é “onde estão as Forças Armadas?”.

Pois as da economia estão representadas por Paulo Guedes e as da alienação cultural pela Damara Alves, ambos agentes estrangeiros, do capital financeiro e da teologia da prosperidade. Quem vai representar o Brasil nas comemorações do 7 de setembro de 2020?